

## Projeto Virada Verde

*Cecília Seravalli Soares\**

### Resumo

A Floresta Amazônica é uma das maiores florestas tropicais do mundo, representando 61% do território brasileiro. Muito rica em biodiversidade, possui uma fauna que corresponde a 80% das espécies no Brasil e uma flora que contém de 10 a 20% das espécies vegetais da terra, além de desempenhar papel importante no que diz respeito à absorção de carbono e controle do clima mundial. Dado isso, a preservação da floresta é fundamental na construção de um futuro sustentável. Porém, o desmatamento da floresta para formação de pastagens e plantações de soja, apesar de reduzido ano após ano, ainda é alto. Nesse contexto, em 2008, o Fundo Amazônia foi criado como uma ferramenta importante para captar doações para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas. Este artigo tem por finalidade avaliar o projeto “Virada Verde”, uma iniciativa da organização de conservação ambiental The Nature Conservancy, em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas, gestão de recursos e utilização do Fundo Amazônia.

**Palavras-chave:** Amazônia; Sustentabilidade; Fundo Amazônia.

### Abstract

The Amazon rainforest represents over half of the planet's remaining rainforests, and it comprises the largest and most species-rich tract of tropical rainforest in the world. Furthermore, the Amazon plays an important role as regards the absorption of carbon dioxide, a greenhouse gas, and helps to control Earth's climate. Therefore, the rainforest preservation is crucial in building a sustainable future. However, the deforestation caused by cattle ranching, illegal logging and soy plantations is still high. In this context, in 2008 the Amazon Fund was established as an important tool to collect donations for investments in prevention, monitoring and reducing deforestation and promoting conservation and sustainable use of Amazon rainforest. This paper aims to assess the project “Virada Verde”, an initiative of The Nature Conservancy, a conservation organization, regarding the achievement of targets, budget management and use of the Amazon Fund.

**Keywords:** Amazon; Rainforest; Sustainability; Amazon Fund.

---

\* Aluna Especial em Administração – FEA/USP

## **1. Descrição com ênfase nos Objetivos e Metas do Projeto**

Com iniciativa da organização The Nature Conservancy (TNC), o projeto “Virada Verde” teve aprovação do Fundo Amazônia em dezembro de 2009, sendo um dos cinco primeiros projetos aprovados pelo BNDES para receber verba desse fundo. Tem como objetivo reduzir o desmatamento da Amazônia e apoiar os produtores na regularização ambiental de suas propriedades. Com uma abrangência territorial de 12 municípios nos estados do Mato Grosso e do Pará, o projeto visa a mobilização de públicos de interesse, como governos estaduais e municipais, associações, sindicatos e produtores rurais, no sentido de implantar um modelo de desenvolvimento econômico e sustentável, promovendo o CAR, Cadastro Ambiental Rural e a regularização ambiental de propriedades rurais.

A TNC já havia obtido êxito trabalhando para facilitar a realização do CAR e fortalecendo os sistemas oficiais de monitoramento e controle do desmatamento na cidade de Paragominas, no Pará. A cidade deixou a lista de municípios prioritários da Amazônia, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2010 e é um verdadeiro exemplo de que é possível recuperar áreas desmatadas e evoluir para o desenvolvimento sustentável. A partir daí, houve a inspiração para continuar combatendo o desmatamento em mais cidades.

Os municípios contemplados pelo projeto abrigam atividades econômicas referentes à exploração madeireira, pecuária bovina e plantações de soja, estando sob forte pressão de desmatamento. Por isso, essa região está na lista prioritária do Ministério do Meio Ambiente para receber ações de prevenção e controle do desmatamento. Porém, mesmo sendo uma área com altas taxas de desmatamento, a região possui o maior remanescente florestal da Amazônia, e é uma das mais importantes regiões com áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação).

O valor total planejado para a execução do projeto foi de R\$19.200 milhões, sendo R\$16 milhões provenientes do Fundo Amazônia. Os R\$3.200 milhões restantes são uma contrapartida da própria The Nature Conservancy. Até hoje, 73% do valor contratado do Fundo Amazônia foi desembolsado, ou seja, R\$11.612.778,00. O projeto teria duração de 36 meses, a partir de 13 de abril de 2010. Porém, foi autorizada uma extensão do prazo até dia 31 de dezembro de 2013, e já está sendo discutida com o BNDES a continuação do projeto, a partir de 1º de janeiro de 2014.

## 1.1 - CAR – Cadastro Ambiental Rural

Por definição do Ministério do Meio Ambiente, o Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Os órgãos ambientais em cada Estado e no Distrito Federal disponibilizarão programa de cadastramento na internet, destinado à inscrição no CAR, bem como à consulta e acompanhamento da situação de regularização ambiental dos imóveis rurais.

O CAR se diferencia do cadastramento fundiário (regido pelas normas do INCRA, do ITERPA e do Intermat), pelo fato deste último ter por finalidade a titulação do imóvel, e, por isso, o georreferenciamento se dá apenas nos limites do imóvel (no polígono que delimita o imóvel); já o CAR tem por fim identificar, basicamente, as áreas de Reserva Legal e APPs, além das áreas já consolidadas de uso do produtor. Em outras palavras, genericamente, ao cadastramento fundiário interessa os limites da propriedade, enquanto que, ao cadastramento ambiental, interessa o interior dessa propriedade, as APPs e a Reserva Legal. Além do mais, a coleta de dados georreferenciados para o cadastro fundiário é muito mais sofisticada, feita com GPS de precisão geodésica e, portanto, demanda mais tempo e recursos. No CAR, essa coleta pode ser feita de modo mais simples, que teoricamente pode não ser capaz de atender aos critérios estabelecidos pelo cadastro fundiário. Outro ponto importante é que os dados do cadastro fundiário podem ser usados para o CAR. Cabe ressaltar ainda que o cadastro ambiental não constitui direito de posse ou algo equivalente, ainda que indiretamente possa se constituir numa fonte de informação para identificar os ocupantes dos imóveis. (Manual Operativo projeto de assistência técnica para o CAR, 2010)

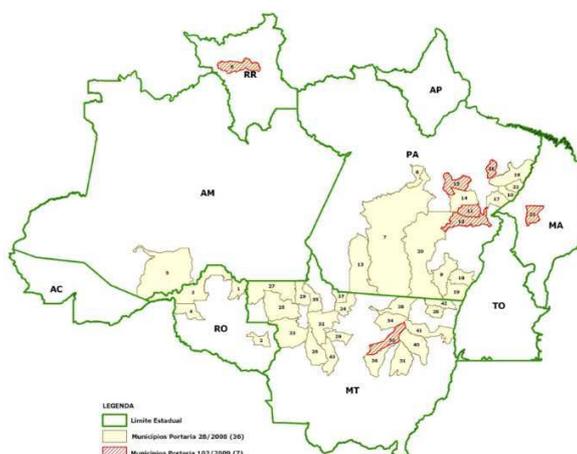
## 1.2 Lista de Municípios Prioritários da Amazônia

O governo federal, por meio do Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, estabeleceu uma série de ações de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal no Bioma Amazônia. Dentre tais ações, cita-se a Lista de Municípios Prioritários, que são os municípios nos quais serão priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo à atividades econômicas ambientalmente sustentáveis. O art. 2º do Decreto nº 6.321/07 responsabiliza o Ministério do Meio Ambiente pela edição anual de Portaria com a lista de municípios a serem considerados prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento no Bioma Amazônia. Os critérios para que os municípios componham a lista são:

- I. Área total de floresta desmatada no município;
- II. Área total de floresta desmatada nos últimos três anos; e
- III. Aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos.

Uma vez integrante da lista, o município é acompanhado e recebe apoio do governo federal na implementação de ações que visem diminuir as taxas de desmatamento, buscando também a transição para uma economia de base sustentável. Como consequência, espera-se que o município deixe de ser considerado prioritário e seja classificado como um município com desmatamento sob controle e monitorado.

**Figura 1. Amazônia Legal: Municípios prioritários para a prevenção e combate ao desmatamento**



Segundo o Ministério do Meio Ambiente, para deixar a lista do desmatamento, os municípios devem:

- Reduzir o desmatamento para menos de 40 km<sup>2</sup> em um ano
- Realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 80% de seu território, excluindo terras indígenas e áreas protegidas.
- Ter desmatamento menor ou igual a 60% da média de desmatamento dos últimos dois anos.

## **2. Descrição da Instituição Proponente: The Nature Conservancy**

The Nature Conservancy (TNC) é uma organização sem fins lucrativos criada em 1951, nos Estados Unidos, com o objetivo de conservar a natureza. Atualmente está presente em mais de 30 países em 5 continentes. Desde sua fundação, já ajudou a proteger mais de 47 milhões de hectares e 13 mil km de rios. No Brasil atua desde 1988, trabalhando com governos, empresas e inúmeros parceiros locais para promover a conservação ambiental em larga escala, orientando seus esforços em três eixos temáticos: Paisagens Terrestres, Água e Mudanças Climáticas. (Relatório de Atividades, 2011).

### **Figura 2. Logomarca The Nature Conservancy**



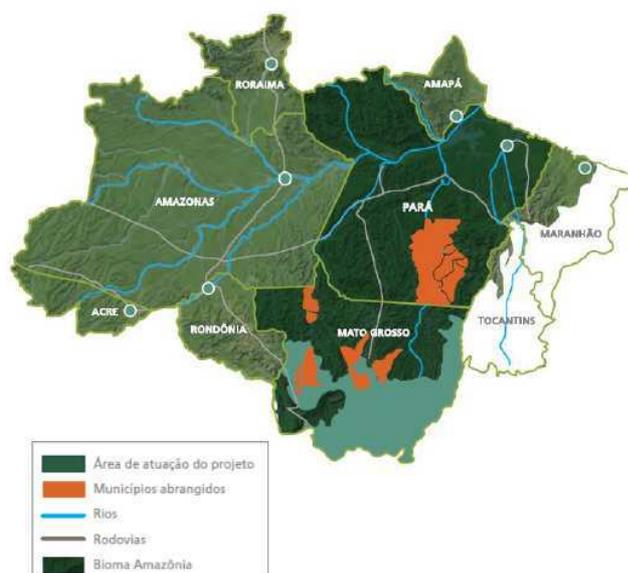
## **3. Descrição do Estágio Atual do Projeto**

O projeto “Virada Verde” é direcionado para doze municípios nos estados do Pará e Mato Grosso, sendo que cinco deles estão na lista de municípios prioritários da Amazônia, atualizada em outubro de 2012. São eles:

- Mato Grosso: Campos de Júlio, Cotriguaçu, Juruenam, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Sapezal e Tapurah.
- Pará: Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu e Tucumã.

Para desenvolver o projeto, a TNC conta com uma equipe destacada: um coordenador Geral (Gerente) e dois coordenadores regionais (um para o Estado do Mato Grosso e outro para o Estado do Pará). Além disso, no Estado do Mato Grosso, cada um dos sete municípios tem um Gerente Municipal. No Estado do Pará, até julho de 2012, havia um Gerente Municipal para Ourilândia do Norte e Tucumã, um Gerente Municipal para Bannach e Cumaru do Norte e um Gerente Municipal para São Félix do Xingu.

**Figura 3. Municípios abrangidos pelo projeto Virada Verde**



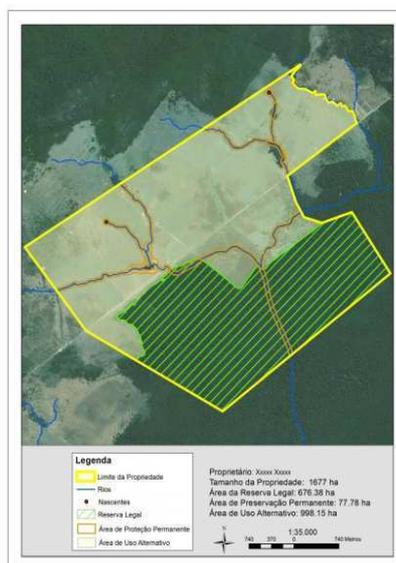
O CAR é uma ferramenta muito importante para monitorar o desmatamento em uma propriedade rural, uma vez que permite identificar se uma determinada área desmatada está ou não regularizada. Antes do projeto Virada Verde o produtor rural tinha que pagar para realizar o CAR; além disso, tinha receio de sofrer sanções do governo caso suas propriedades estivessem desmatadas e, com isso, o número de

cadastros era baixo. O trabalho da TNC nesse projeto consiste em:

- Garantir a sensibilização e mobilização dos governos municipais e produtores rurais para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na adequação ambiental e sustentabilidade socioambiental do setor agropecuário.
- Instalação de “salas de situação” em cada um dos municípios: a TNC equipa a prefeitura (computador, internet, Sistema de Informação Geográfica) para fazer emissão de cadastros, mapeamento de solo.
- Capacitação de técnicos sobre “Procedimentos para inserção do CAR– Cadastro Ambiental Rural, no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle Ambiental – SIMLANMMT”.
- Fazer a articulação entre prefeituras, governos estaduais, pecuaristas, agricultores, sindicalistas e outras organizações, para que cada uma cumpra com suas funções, a fim de mobilizar o maior número possível de produtores rurais para o Cadastro Ambiental Rural. Por exemplo, os sindicalistas devem passar a mensagem aos produtores rurais que o produtor que respeitar o não desmatamento, terá benefícios. As secretarias estaduais de meio ambiente, devem liberar os *shapes* (mapas com identificação das propriedades) mensalmente.

Ao fazer o CAR o produtor rural tem, sem custo, uma varredura de sua propriedade, e poderá verificar se está de acordo com o Código Florestal em relação à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, por exemplo. Com esse cadastro é possível acompanhar mensalmente a evolução do desmatamento em cada propriedade e quais os ajustes necessários para sua legalização (planejamento da paisagem, recuperação de áreas e formação de corredores ecológicos).

**Figura 4. Cadastro Ambiental Rural de uma propriedade**



De acordo com o site da organização e segundo entrevista realizada com o gerente do projeto da The Nature Conservancy, Luís Borges, o projeto tem atingido resultados muito favoráveis em relação ao que foi proposto, tendo, inclusive, obtido extensão no prazo de utilização da verba solicitada, e já está em discussão com o BNDES para dar continuidade no projeto, a partir de 2014.

O site oficial da TNC é atualizado semestralmente com informações sobre o andamento do projeto.

#### **4. Análise do Projeto com Foco em Métricas**

Os indicadores de resultado estipulados para o projeto estão descritos abaixo:

**Tabela 1. Indicadores dos resultados Projeto Virada Verde – TNC**

Indicador	Atingido	Parcialmente Atingido	Não Atingido
Elaboração de Portal do cadastro das propriedades, com dados necessários ao processo de adequação ambiental e implementação de Sistema customizado de monitoramento de reserva legal e aplicativos gerando mapas e relatórios para propriedades cadastradas.			
Base cartográfica atualizada e imagens de satélite de alta resolução disponíveis de no mínimo, 10 milhões de hectares.			
Pelo menos 20% das propriedades inseridas no CAR das Semas PA e MT em processo de licenciamento final.			
Adesão de no mínimo, 50% dos proprietários acima de 150 hectares ao CAR.			

- **Adesão de pelo menos 50% dos proprietários acima de 150 hectares ao CAR;**

Segundo Luís Borges, o projeto já atingiu mais de 90% dos proprietários rurais.

- **Pelo menos dez milhões de hectares com base cartográfica atualizada e imagens de satélite de alta resolução disponíveis;**

No Estado do Pará, até o mês de dezembro/2012, dos 5.375.822 ha de área foram cadastradas. No Estado do Mato Grosso, aproximadamente 94,27% da área cadastrável, equivalente a 4.664.663,48 ha estão registrados.

- **Pelo menos 20% das propriedades inseridas no CAR das Semas PA e MT em processo de licenciamento final;**

No Pará, 5.373.242,55 ha (correspondente a 99,95% da área total) já se encontra na base do SIMLAM. No Mato Grosso, até Dezembro/2012, encontravam-se, aprovados no SIMLAM/SEMA-MT, 1.525 Cadastros Ambientais Rurais (equivalente a 2.001.625,18 ha).

- **Sistema customizado de monitoramento de reserva legal e aplicativos gerando mapas e relatórios para propriedades cadastradas e portal do cadastro das propriedades, com dados necessários ao processo de adequação ambiental**

Um sistema de monitoramento da adequação de propriedade municipais será criado no formato de um site por prefeitura para os proprietário rurais terem

acesso aos seus números, com interface ao SIMLAN (Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental). Dessa forma, todas as atualizações serão feitas pelo site. O portal já foi desenvolvido e será lançado a partir de junho de 2013, no Mato Grosso, e posteriormente, no Pará.

## **5. Análise do Projeto e sua Relação com o BNDES**

O processo de aprovação do projeto com o BNDES levou seis meses, sendo aprovado na íntegra.

Os resultados do projeto são acompanhados constantemente pela TNC. Para o BNDES os resultados são reportados a cada quatro meses. Não há dificuldades no relacionamento com o BNDES e o financiador tem seus mecanismos de controle da utilização e aplicação dos recursos.

## **6. Recomendações para o Projeto estudado e seus desafios**

O projeto tem dois caminhos possíveis. O primeiro seria expandir o formato atual aplicado nos doze municípios alcançados pelo projeto, ou seja, trabalhando para aumentar o número de propriedades rurais cadastradas no CAR em outros municípios da região amazônica.

Outra possibilidade seria fazer o acompanhamento da evolução da recuperação das áreas degradadas, ou seja, verificar periodicamente se o proprietário está cumprindo com as metas estabelecidas em relação a Reserva Natural e APPs, e até fornecer aconselhamento para auxiliar cada um a cumprir com suas metas. Além disso, poderia se intensificar as ações de monitoramento para o Pacto do Desmatamento Ilegal. Para ambas as possibilidades haveria necessidade de mais investimentos.

## **7. Recomendações para elevar a eficiência e eficácia do Fundo Amazônia**

Para aumentar a utilização do Fundo Amazônia e garantir um resultado positivo e relevante na redução do desmatamento, sugerem-se dois caminhos:

- Redução da burocracia na aprovação de projetos e maior velocidade na liberação dos recursos: o BNDES tem mostrado alto grau de exigência na avaliação dos projetos. Muitos deles demoram mais de 12 meses para serem

aprovados, sendo necessários diversos ajustes no decorrer das análises.

- Incentivo ao desenvolvimento de projetos de maior porte, com efeitos mais relevantes: o BNDES e o MMA deveriam incentivar grandes instituições e empresas a criarem projetos de grande porte, que tenham um efeito mais significativo no combate ao desmatamento.

## 8. Referências Bibliográficas

**Cadastro Ambiental Rural.** Disponível em: <<http://www.car.gov.br/index.php/pequena-propriedade-car>>. Acesso em: 03 de maio de 2013.

**Fundo Amazônia.** Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/Fundo/](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Fundo/)>. Acesso em: 04 de abril de 2013.

**Lista de Municípios Prioritários da Amazônia.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevencao-do-desmatamento/plano-de-acao-para-amazonia-ppcdam/lista-de-municipios-prioritarios-da-amazonia>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

MARCOVITCH, Jacques. **A Gestão da Amazônia: Ações Empresariais, Políticas Públicas, Estudos e Propostas.** São Paulo: EDUSP, 2011. 312p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal (PPCDAM) - 3ª fase (2012-2015).** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm/ppcdam-web-figuras%20OK.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

**MONITORAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA BRASILEIRA POR SATÉLITE.** Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em: 29 de junho de 2013.

**Municípios viram o jogo contra o desmatamento na Amazônia.** Disponível em: <<http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaque-s/arco-do-desmatamento-amazonia.xml>>. Acesso em: 04 de abril de 2013.

**Regularização Fundiária na Amazônia.** Disponível em: <<http://patrimoniode todos.gov.br/programas-e-acoes-da-spu/programa-terra-legal>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

**Regularização Fundiária na Amazônia Legal.** Disponível em: <<http://multimidia.brasil.gov.br/regularizacaofundiaria/>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

**The Nature Conservancy.** Disponível em: <<http://portugues.tnc.org/>>. Acesso em: 04 de abril de 2013

THE NATURE CONSERVANCY. **Manual operativo projeto de assistência técnica para o “Cadastro Ambiental Rural”.** Brasília, 2010. Disponível em:

<<http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/publicacoes/assistencia-tecnica-cadastro-ambiental-rural.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

THE NATURE CONSERVANCY. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro, 2011. 55 p.

**Virada Verde.** Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/Projetos\\_Apoiados/Lista\\_Projetos/TNC](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/TNC)>. Acesso em: 05 de abril de 2013.